

Jornal: **Jornal do Nordeste**

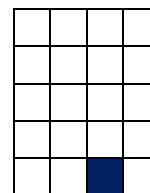
Periodicidade: **Semanal**

Tiragem: **6.000**

Data: **01/10/2012**

Secção: **Finanças**

Página: **1 e 21**

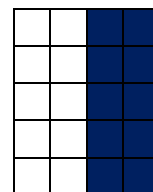


Finanças

Empresas obrigadas a certificar facturação



Novas regras entram em vigor em 2013



Fisco aperta o cerco às empresas



Novas regras para a facturação obrigam empresas a certificar programas informáticos e a comunicar a informação às Finanças

Há alterações significativas na facturação das empresas já no próximo ano. O Ministério das Finanças anuncia novas regras, que obrigam quem emite as facturas a ter mais rigor neste processo.

Para esclarecer os empresários, o grupo Moneris, em parceria com a Associação Empresarial do Distrito de Bragança – NERBA, organizou uma sessão de esclarecimento sobre a facturação certificada.

“Estamos perante uma pequena revolução que toca em particular a nossa região e o nosso tecido empresarial”, salienta Nuno Costa Gomes, do grupo Moneris.

A facturação certificada é mais uma medida de combate à fraude e evasão fiscais.

Começou com a publicação da Portaria 363/2010, que se aplicava, apenas, a quem tivesse facturação informática, emitisse anualmente mil ou mais facturas e tivesse, em 2010, um volume de negócios igual ou superior a 250 mil euros. A mesma portaria já previa que, para 2012, a exigência seria alargada a quem tivessem, em 2011, um volu-

me de negócios igual ou superior a 150 mil euros.

Com a publicação da Portaria nº 22-A/2012, o volume de negócios desceu dos 150 mil euros para 125 mil euros (enquadramento em 2012) e 100 mil euros (enquadramento em 2013).

Guias de transporte electrónicos

Com a nova portaria, a única alteração que vai entrar em vigor em 2013, relativamente à facturação certificada, é que passam a ser abrangidos os sujeitos passivos que em 2012, tenham um volume de negócios igual ou superior a 100 mil euros (desde que emitam mil facturas ou mais).

Mas há mais alterações. “Todos os sujeitos passivos de IVA que facturarem, até ao dia 8 do mês seguinte, têm que enviar uma listagem em suporte digital para a Administração Tributária. Todos sem excepção”, alerta Nuno Costa Gomes.

As guias de transporte também têm que ser emitidas antes da saída da mercadoria e enviadas via electrónica para as Finanças. Qualquer alteração também tem que ser comunicada, de imediato, a este organismo de fiscalização.

Nuno Costa Gomes diz mesmo que estas novas medidas vão afectar cerca de 90 por cento do tecido empresarial do distrito de Bragança.